



MASSON, C. Direito penal esquematizado; v.1. Rio de Janeiro: Método, 2018

4.3. METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e dialogadas, apresentação de slides, estudos de casos, análise de jurisprudência do Tribunal de Justiça de Alagoas e de Tribunais Superiores, aplicação de metodologias ativas.

5. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO CURSISTA:

O processo de avaliação dos cursistas será baseado nos seguintes critérios:

Assiduidade e pontualidade: exigindo-se frequência de **75%**, salvo apresentação de justificativa, que passará por avaliação do Conselho Técnico Pedagógico – CTP/ESMAL;

Construção de peças práticas ou resposta a problemas que reflitam os desafios diários dos serventuários, sendo necessária a obtenção do conceito "satisfatório" para o recebimento de certificado.

DA DISPENSA DE ATIVIDADES:

Os Servidores que participarem do Curso estarão dispensados de suas atividades regulares, no horário do evento, conforme Portaria Nº 1047 de 21/06/2013, publicada no DJE de 01/07/2013.

7. CONHECIMENTO/HABILIDADE A SER ADQUIRIDO (A) AO FINAL DO CURSO:

Capacitar os servidores do Poder Judiciário de Alagoas quanto às questões materiais e processuais que envolvem o direito penal e o direito processual penal, tentando-se às mais recentes alterações legislativas, promovendo atualização no que tange à jurisprudência atual aplicável à temática.

8. DISPOSIÇÕES GERAIS:

8.1. Por questões de ordem técnica, poderá haver substituição de professor, conteúdo, data e horário do curso.

8.2. Será admitida a desistência da inscrição até **02** (dois) dias úteis antes da data do início do Curso, conforme Portaria Nº 02 de 23/04/2018, publicada no DJE de 25/04/2018.

8.3. Não poderá inscrever-se em curso de aperfeiçoamento, nos três meses subsequentes a publicação da penalidade no DJE, o servidor que deixar de comparecer ao curso para o qual se encontrava inscrito, sem justa causa, ou não obtiver a frequência que trata o item **5.1.** do presente Edital, assim como deixar de entregar trabalho avaliativo referente ao respectivo curso, salvo na hipótese de disponibilidade de vagas, conforme Art. 5º da Portaria 02/2018.

8.4. Serão conferidos certificados aos servidores que tenham atendido as exigências dos itens **5.1.** e **5.2** do presente Edital.

8.5. Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Técnico Pedagógico - CTP, de acordo com as normas pertinentes.

Maceió, 27 de setembro de 2019.

A Escola Superior da Magistratura do Estado de Alagoas – ESMAL torna pública a abertura de inscrições para o Curso com o tema

Desembargador FÁBIO JOSÉ BITTENCOURT ARAÚJO

Diretor-Geral da ESMAL

EDITAL CCS Nº 249/2019

PROGRAMA DE APERFEIÇOAMENTO DE SERVIDORES

PÚBLICO ALVO: SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE ALAGOAS.

O Diretor-Geral da Escola Superior da Magistratura do Estado de Alagoas, denominada Desembargador JOSÉ FERNANDO LIMA SOUZA – ESMAL, Desembargador **FÁBIO JOSÉ BITTENCOURT ARAÚJO**, o Coordenador-Geral de Cursos da ESMAL, Juiz **ALBERTO JORGE CORREIA DE BARROS LIMA**, e a Coordenadora de Cursos para Servidores da ESMAL, Juíza **LUCIANA JOSUÉ RAPOSO LIMA DIAS**, no uso das atribuições funcionais que lhes são conferidas pela legislação, e, em atendimento ao disposto no art. 6º, ITEM II, da Resolução Nº 192 de 08/05/2014 do CNJ, **TORNAM PÚBLICA**, para conhecimento dos servidores interessados, mediante as regras constantes deste Edital, as inscrições para o **CURSO** com o tema: **“WORKSHOP DE BOAS PRÁTICAS PARA AS VARAS DO TRIBUNAL DO JÚRI - ARAPIRACA”**.

DAS INFORMAÇÕES BÁSICAS SOBRE O CURSO

CURSO: **“WORKSHOP DE BOAS PRÁTICAS PARA AS VARAS DO TRIBUNAL DO JÚRI - ARAPIRACA”**.

Professora colaboradora: **DALVA AMÉLIA VASCONCELOS LIMA**

Currículo Resumido: Graduada pela Faculdade de Direito de Maceió, no ano de 1995. Pós-graduada em Administração Pública, no ano



de 2000. Curso de Preparação para Magistratura – ESMAL, no ano de 2004. Pós-graduanda em Ciências Criminais pela FAT. Técnica de Controle Interno da Auditoria Geral do Estado – 02/02/1999 – 14/09/2001. Procuradora do Município de Arapiraca – 08/08/2001 – 13/02/2003. Escrivã Judicial, fevereiro de 2003. Chefe da Secretaria Judicial da 9ª Vara Criminal da Capital, desde 2007.

1.3. Modalidade: Presencial;

1.4. Carga horária total: 10 h/a total,

1.5. Número de vagas: 80 (oitenta vagas);

Data do Curso: 08/11/2019 (sexta-feira);

Horário: 08h00min às 12h30min e 14h00min às 18h30min

LOCAL DE REALIZAÇÃO:

ARAPIRACA – na SALA DO TRIBUNAL DO JURI do Fórum Des. João Oliveira e Silva – Sala do Tribunal do Júri, localização na Rua Samaritana, 190, Santa Edwrigens – CEP: 57311-180.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1 As inscrições serão realizadas exclusivamente via internet, no site <http://eventos.esmal.tjal.jus.br/login>, no período de **20.10.2019** a **06.11.2019**.

4. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

4.1. Objetivo: padronização dos procedimentos cartorários nos processos do Tribunal do Júri, visando celeridade processual.

4.2. Conteúdo:

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1. Alistamento anual dos jurados;	2. Procedimentos preparatórios às reuniões;
3. Publicações;	4. Sugestões de termos para as sessões de julgamento;
5. Procedimentos posteriores ao Julgamento;	6. Práticas criminais visando a celeridade processual;

Metodologia de Ensino:

Aula expositiva com utilização de recursos visuais; a Avaliação será uma dinâmica de grupo com autoavaliação;

Bibliografia: Manual de Rotinas das Varas Criminais – CNJ; Manual de Práticas Cartorárias Criminais – TJ/PB; Provimento nº 35/2017, da Corregedoria-Geral da Justiça – TJ/AL; Provimento nº 02/2018, da Corregedoria-Geral da Justiça – TJ/AL

5. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO CURSISTA

O processo de avaliação dos cursistas será baseado nos seguintes critérios:

Assiduidade e pontualidade: exigindo-se frequência de 75%, salvo apresentação de justificativa, que passará por avaliação do Conselho Técnico Pedagógico – CTP/ESMAL;

Aferição do nível de aproveitamento de cada participante, mediante mesa redonda abrangendo assuntos tratados em aula e por meio de análise de casos;

Caberá ao docente do curso a atribuição do conceito para fins de aproveitamento.

DA DISPENSA DE ATIVIDADES

Os servidores que participarem do curso estarão dispensados de suas atividades regulares, no horário do evento, conforme Portaria Nº 1047 de 21/06/2013, publicada no DJE de 01/07/2013.

CONHECIMENTO/HABILIDADE A SER ADQUIRIDO (A) AO FINAL DO CURSO:

Prática cartorária nos processos do Tribunal do Júri;

8. DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. Por questões de ordem técnica, poderá haver substituição de professor, conteúdo, data e horário do curso.

8.2. Será admitida a desistência da inscrição até **02** (dois) dias úteis antes da data do início do Curso, conforme Portaria Nº 02 de 23/04/2018, publicada no DJE de 25/04/2018.

8.3. Não poderá inscrever-se em curso de aperfeiçoamento, nos três meses subsequentes à publicação da penalidade no DJE, o servidor que deixar de comparecer ao curso para o qual se encontrava inscrito, sem justa causa, ou não obtiver a frequência que trata o item **5.1.** do presente Edital, assim como deixar de entregar trabalho avaliativo referente ao respectivo curso, salvo na hipótese de disponibilidade de vagas, conforme Art. 5º da Portaria 02/2018.

8.4. Serão conferidos certificados aos servidores que tenham atendido as exigências dos itens **5.1. 5.2 e 5.3** do presente Edital.

8.5. Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Técnico Pedagógico - CTP, de acordo com as normas pertinentes.

Maceió, 27 de setembro de 2019.

Desembargador FÁBIO JOSÉ BITTENCOURT ARAÚJO

Diretor-Geral da ESMAL